

STJ00111841

RODRIGO PIRONTI

Coordenador

LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS NO SETOR PÚBLICO

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Ilustrações: Bruno Lanza

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorialeditoriaforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L525 Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público / Rodrigo Pironi
(Coord.) – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

490 p.; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-65-5518-141-8

1. Direito Administrativo. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Público. I. Pironi, Rodrigo. II. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONI, Rodrigo (Coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 490 p. ISBN 978-65-5518-141-8.

SUMÁRIO

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE UM ADEQUADO E EFETIVO PROGRAMA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA LGPD	
ANDRÉ LUIZ BÄUML TESSER	21
1 Introdução	21
2 Primeira premissa fundamental: o caráter <i>human centric</i> de um programa de proteção de dados pessoais	24
3 Segunda premissa fundamental: o caráter dinâmico de um programa de proteção de dados pessoais	32
4 Considerações finais	37
Referências	38
LGPD E INFRAESTRUTURA: O PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	
AUGUSTO NEVES DAL POZZO	39
Introdução	39
1 Breves notas sobre o sentido jurídico de infraestrutura	40
2 O princípio da inovação tecnológica	44
4 Conclusão	48
Referências	49
BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA NA LGPD	
BEATRIZ FARIA DE ALMEIDA LOUREIRO, NICOLLE BLEME, RODRIGO FONTENELLE DE A. MIRANDA	
1 Introdução	51
2 Governança em privacidade de dados.....	52
2.1 Políticas e procedimentos, <i>compliance</i> e práticas de administração de dados em vários níveis da organização	54

2.2	Gestão de riscos e resposta a incidentes	55
3	Boas práticas.....	56
3.1	Instituição de grupo de trabalho e indicação de encarregado.....	57
3.2	Gerenciamento de dados como um ativo	58
3.3	Inventário de dados	60
3.4	Consentimento.....	60
3.5	Canal para recebimento das requisições	61
3.6	Colaboradores treinados	61
4	Conclusão	62
	Referências	63

**IMPACTO DA LGPD E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO:
NECESSÁRIAS ADAPTAÇÕES CULTURAIS NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA FRENTE A UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO
CONTÍNUA PARA A MANUTENÇÃO DA BOA GOVERNANÇA**

	BRUNA TOLEDO PIZA MAGACHO, MELISSA TRENTO	65
1	Introdução	65
2	Governança	66
3	<i>Compliance</i>	68
4	LGPD	71
5	Culturas e cenários da boa governança.....	75
6	Considerações finais	78
	Referências	79

**O PAPEL DA TI NO PROCESSO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO
DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

	CHRISTIAN BACHMANN, ANA PAULA DE CAMPOS SERRATTO.....	83
	Introdução	83
	O primeiro ano da GDPR e a criação da LGPD.....	84
	Gestão de privacidade da informação – da segurança e das boas práticas.....	86
	O papel da TI na gestão de privacidade dos dados pessoais	90
	Gestão de privacidade da informação – dos direitos do titular.....	91
	Cenário atual da gestão de privacidade e segurança da informação pela Administração Pública	97
	Considerações finais	99
	Referências	99

LGPD X LAI: SINTONIA OU ANTAGONISMO?**CRISTIANA FORTINI, GREYCIELLE AMARAL,****CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI 101**

1	Introdução	101
2	Direito à privacidade e proteção de dados pessoais	103
3	Direito à informação e os contornos da Lei nº 12.527/2011	109
4	Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados: convergências.....	110
5	O que então muda com a LGPD no âmbito da Administração Pública.....	114
6	Conclusão	120
	Referências	120

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS REFLEXOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**DAIESSÉ QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM,****RODRIGO PIRONTI 123**

Referências 134

A RESPONSABILIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**DANIELLE SANTI, MARCOS GUILHERME RODRIGUES MAFRA..... 137**

1	Introdução	137
2	Regime de responsabilização geral da LGPD.....	140
3	Normativas e orientações direcionadas para Administração Pública.....	143
4	Considerações finais	147

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO DA LGPD NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**DENISE DE SOUZA LUIZ FRANCOSKI 151**

1	Introdução	151
2	O projeto de sensibilização como ferramenta essencial no processo de conformidade da LGPD.....	154
3	A relevância da sensibilização “ <i>from the top</i> ”	157
4	As formas de efetivação do programa de sensibilização da LGPD nas organizações públicas: o case do TJSC	161
5	Conclusão	167
	Referências	169

A SAÚDE PÚBLICA E A LGPD: UM COMPLEXO, MAS NECESSÁRIO CENÁRIO DE ADEQUAÇÃO

GIOVANNA TRAD, JOSENI TEIXEIRA	171
Introdução	171
1 A saúde na Constituição Federal e a obrigação do Estado em disponibilizá-la à população	173
2 A saúde na LGPD	176
3 A proteção de dados pela Constituição	181
3.1 A proteção de dados por outros diplomas jurídicos.....	183
4 A obrigatoriedade de adequação das pessoas naturais e jurídicas – privadas e públicas – à LGPD	186
5 Especificidade da relação do Poder Público com os dados pessoais	189
6 Conclusão	196
Referências	198

LGPD E ARBITRAGEM: NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA, FELIPE RAZZINI	203
1 A entrada em vigor da LGPD e os impactos para a arbitragem	203
2 Diretrizes de proteção de dados adotadas pela comunidade arbitral.....	206
2.1 A esfera internacional.....	206
2.2 A esfera nacional	209
3 Proteção de dados em arbitragens envolvendo o Poder Público: peculiaridades	210
4 Conclusão	215
Referências	216

DESAFIOS DA LGPD E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS EM ESCALA MASSIVA: CONTROLE TECNOLÓGICO EM SERES HUMANOS COMO RATOS DE LABORATÓRIO

IRENE PATRÍCIA DIOM NOHARA, FERNANDO MEDICI GUERRA MARTINS	219
1 Introdução	219
2 O excedente comportamental.....	221
3 Casos não contados sobre a utilização do excedente comportamental para manipulação de comportamento humano	223

4	O importante passo da LGPD e seus desafios	231
5	Conclusão	233
	Referências	236

LGPD: O QUE MUDA NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

	ISMAR DOS SANTOS VIANA,	
	CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA	239
	Introdução	239
I	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus influxos na Administração Pública	242
II	A prevalência da competência sancionadora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os parâmetros definidores de responsabilização	246
III	A atuação em sistema de rede dos órgãos de controle: a compatibilidade do dever de defesa da probidade na gestão de recursos públicos com os limites inaugurados pela LGPD	249
	Conclusão	255
	Referências	255

PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

	JOÃO PEDRO OLIVEIRA STRINGHETA, TATIANA CAMARÃO	259
1	Introdução	259
2	A Medida Provisória nº 959/2020 gera um vácuo na implementação da Lei com consequências negativas para o processo	259
3	O Judiciário como precursor na implementação da LGPD	260
4	A implementação da LGPD no Poder Judiciário e os desafios enfrentados	262
5	Considerações finais	273

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES

	JULIETA MENDES LOPES VARESCHINI	275
1	Do regime jurídico aplicável ao Sistema S	275
2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S	278
3	Conclusão	288
	Referências	289

A LGPD E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS

MARCELO ZENKNER, MÁRIO SPINELLI	291
1 Governança e privacidade: uma breve introdução	291
2 Base legal para a aplicação da LGPD nas empresas estatais	294
3 Roteiro básico para adequação das empresas estatais à LGPD	295
4 A proteção de dados pessoais como elemento de um sistema de integridade empresarial estatal efetivo	298
5 Transparência <i>versus</i> proteção de dados pessoais: como resolver essa equação?	302
Considerações finais	304
Referências	306

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PARA O SISTEMA S, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS: COMPARTILHAMENTO DE DADOS, GOVERNANÇA E A EXIGÊNCIA DO ENCARREGADO

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR	307
1 Introdução	307
2 O interesse público e sua realização para além das estruturas estatais	308
2.1 O Sistema S	311
2.2 Organizações Sociais e OSCIPs	312
3 Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	314
3.1 Compartilhamento de dados	317
3.2 Governança de dados	321
3.3 O encarregado	327
4 Considerações finais	329
Referências	331

CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

MARCUS VINÍCIUS REIS DE ALCÂNTARA, PAULO JOSÉ RIBEIRO ALVES	337
--	-----

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICADA AOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

MAURÍCIO ZOCKUN, DIXMER VALLINI NETTO	351
Introdução	351
A atividade notarial e de registro	353

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	356
LGPD aplicada aos notários e registradores	358
Conclusão	364

A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: FUNÇÃO SANCIONADORA OU DE ACULTURAMENTO

NATANRRY REIS, GABRIEL CHEDE	367
1 Introdução	367
2 As principais funções de uma Autoridade de Proteção de Dados Pessoais	368
3 A experiência de autoridades de proteção de dados ao redor do mundo	370
4 Lacunas pendentes de regulamentação e o necessário viés orientador da ANPD	373
5 A ANPD e o desafio da criação da cultura da privacidade e proteção de dados no Brasil	374
Referências	376

BREVE ENSAIO SOBRE O ENCARREGADO DE DADOS (*DATA PROTECTION OFFICER – DPO*) E A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS NO BRASIL

RODRIGO PIRONTI	379
1 A figura do encarregado de dados ou <i>DPO (Data Protection Officer)</i> ..	379
2 A estrutura da governança de dados: uma definição necessária	384

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL

RODRIGO PIRONTI, EDUARDO RAMOS CARON TESSEROLLI	393
1 Aspecto fundamental da LGPD	393
2 Algumas definições de dados pessoais na LGPD	395
2.1 Dados da pessoa natural identificada ou identificável	396
2.2 Dados pessoais sensíveis	397
3 Base legal para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela Administração Pública	398
4 Fundamentos jurídicos para o tratamento de dados sensíveis pela Justiça Eleitoral	401
Referências	404

**O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A
QUESTÃO DO CONSENTIMENTO NO TRATAMENTO DE DADOS
PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RODRIGO PIRONTI, MIRELA MIRÓ ZILIO	407
1	Introdução407
2	A sociedade de informação e a ampliação da memória408
3	O direito à autodeterminação informativa413
4	O consentimento no tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....417
5	Conclusão423
	Referências424

**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FATOR
GERADOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

RONNY CHARLES LOPES DE TORRES, DAVIDSON LOPES SOUSA DE BRITO	427
	Introdução427
2	A Lei Geral de Proteção de Dados e os contratos administrativos429
3	Reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos.....432
4	As obrigações impostas pela LGPD como fator gerador de desequilíbrio econômico do contrato435
5	Conclusão438

**LIMITES AO COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB O PRISMA
DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

SANDRO TOMAZELE	439
	Compartilhamento de dados.....439
	Compartilhamento de dados por órgãos e entidades públicos440
	Funções, papéis e responsabilidades relacionados ao compartilhamento de dados.....441
	Boas práticas de segurança da informação para o compartilhamento de dados.....443
	Desafios ao compartilhamento seguro de dados.....445

A FUNÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

SÓLON CÍCERO LINHARES, LUIZ HENRIQUE CARDELLI	449
1 Introdução	449
2 O conceito de dados pessoais e o bem jurídico tutelado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).....	451
3 A relevância dos dados pessoais no contexto da criminalidade de <i>powerful</i>	454
4 A importância dos dados pessoais para a investigação criminal e políticas de segurança pública	456
5 A proteção dos dados pessoais à luz dos princípios constitucionais penais	459
6 Os modelos de proteção de dados	461
7 A proteção de dados no Direito Comparado	461
7.1 A proteção de dados da União Europeia.....	462
7.2 A proteção de dados no Direito norte-americano.....	463
8 Os limites do Estado na utilização dos dados pessoais para investigação criminal e políticas de segurança pública.....	464
9 Conclusão	465
Referências	466

O TELETRABALHO E O “NOVO NORMAL” NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BALANÇO ENTRE A REDUÇÃO DE CUSTOS E OS RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

WALTER CUNHA, BRUNO AFFONSO, JULIANA LEGENTIL	469
1 Introdução	469
2 Discussão sobre <i>BYOD</i> e <i>BYOD</i> invertido	472
3 Análise de cenários e implicações	472
3.1 Arranjo A1: equipamentos, conexão e aplicações por conta do trabalhador	472
3.2 Arranjo A2: equipamentos e conexão por conta do trabalhador, aplicações por conta do empregador.....	474
3.3 Arranjo A3: equipamentos e aplicações por conta do empregador, conexão do trabalhador.....	475
3.4 Arranjo A4: equipamentos, aplicações e conexão por conta do empregador.....	477
4 Conclusão	478
Referências	479

SOBRE OS AUTORES	481
-------------------------------	-----